

Lula veta desoneração e contraria Congresso

TRABALHO / Parlamentares avaliam reverter a medida. Entidades empresariais afirmam que a decisão do presidente aumenta o custo da folha de salários e coloca em risco a manutenção de 6 milhões de empregos em todo o país

Lula veta desoneração e contraria Congresso

RAFAELA GONÇALVES

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou integralmente a prorrogação da desoneração da folha de pagamentos de 17 setores da economia até 2027. Com a decisão, o mecanismo criado em 2011, que permite às empresas dos setores beneficiados reduzir o custo da folha de salários, terminará em 31 de dezembro, caso o veto não seja derrubado no Congresso.

O veto representa uma vitória do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que argumenta que a desoneração seria prejudicial para as contas públicas, num momento em que a equipe econômica vem somando esforços para aprovar medidas que aumentem a arrecadação. De acordo com a pasta, o impacto da renúncia fiscal seria de R\$ 18 bilhões por ano.

A decisão cria para Lula um impasse com o Legislativo, pois o veto pode ser derrubado pelo Congresso, onde a renovação do benefício teve apoio quase unânime dos parlamentares. O senador Elmar Filho (União Brasil-SP), autor da proposta, já declarou que vai trabalhar contra o veto e disse que o governo estaria cometendo um "erro político".

"Vamos, a partir de amanhã (hoje), começar a trabalhar a derrubada do veto para não deixar o Natal com muita preocupação para quem trabalha e empreende no Brasil", disse.

A desoneração substitui a alíquota previdenciária dos setores contemplados, que, em vez de recolher 20% sobre a folha salarial para a Previdência, pagam de 1% a 4,2% sobre a receita bruta. Na renovação aprovada neste ano, os congressistas acrescentaram ao texto dispositivo que reduz de 20% para 8% a alíquota previdenciária sobre a folha de pagamento de todos os municípios com até 142 mil habitantes, o que abrange 5.377 cidades. O governo poderia vetar somente essa parte, mas optou pelo veto integral, o que aumentará o desgaste político.



Veto foi uma vitória do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para quem o benefício prejudica a estratégia de aumentar a arrecadação

A questão da desoneração é tão essencial para o país que uniu entidades patronais e centrais sindicais. Infelizmente, isso não foi levado em consideração pelo governo"

Vivien Mello Suruagy, presidente da Fenirfra

O valor estimado para a desoneração do setor privado é de R\$ 2,2 bilhões, somada a uma renúncia fiscal de R\$ 9 bilhões para os municípios. A equipe econômica argumenta que o projeto seria inconstitucional, porque a reforma previdenciária aprovada em 2019 impede medidas de desoneração envolvendo a Previdência. A posição é contestada, pois seria permitida a prorrogação de substituições tributárias que vigoravam antes da reforma.

A desoneração da folha foi criada como um benefício temporário durante o governo da presidente Dilma Rousseff e vem sendo sucessivamente modificada pela edição de medidas provisórias. Entidades estimam que o fim da medida coloca em risco 6 milhões de trabalhadores. Os 17 setores estão entre os que mais

empregam no país e representam 9 milhões de postos de trabalho. Para a presidente da Federação Nacional de Call Center, Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Bóides de Telecomunicações e de Informática (Fenitfri), Vivien Mello Suruagy, o veto "contraria posições históricas" do governo Lula sobre a preservação e geração de postos de trabalho. "Certamente, ele (Lula) foi aconselhado por alas do governo menos sensíveis a essa questão. Mas a decisão deve ser derrubada pelos congressistas, o que certamente vai gerar desgaste para o governo, que precisa aprovar outras pautas importantes", comentou.

Suruagy ressaltou, ainda, que muitas empresas enfrentariam dificuldades financeiras sem a continuidade da desoneração e teriam que rever planos de investimento e expansão a partir de 2024. "A questão da desoneração é tão essencial para o país que uniu entidades patronais e centrais sindicais, como ficou demonstrado em inúmeras manifestações. Infelizmente, isso não foi levado em consideração pelo governo". A Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abitil) lamentou o veto que, de acordo com a entidade, é contrário à agenda de industrialização do país. "Na visão da Abitil, o aumento da carga tributária sobrecarregará os custos, o que, provavelmente, gerará aumento de preços, impactando a capacidade de consumo da sociedade. Menos consumo significa menor capacidade de preservação de empregos e, mais do que isso, de geração de novos postos formais de trabalho", disse, em nota.

"Revisão da vida toda" volta ao STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) retoma hoje o julgamento da chamada "revisão da vida toda" dos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O caso será analisado no plenário virtual da corte e tem prazo final na próxima sexta-feira, 1º de dezembro. O julgamento foi suspenso em agosto por um pedido de vista do ministro Cristiano Zanin. A expectativa é que o veto do ministro seja apresentado hoje. A revisão permitiria o recálculo dos benefícios dos segurados que iniciaram a contribuição antes de 1994, quando o Plano Real entrou em vigor. Em maio deste ano, o INSS opôs embargos de declaração pedindo a anulação do acórdão da decisão, que permite que os aposentados optem pela regra previdenciária que lhes for mais favorável.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Economia Pagina: 7